

“Congresso criou um enorme problema”

Abaixo, a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique.

Na campanha eleitoral eu disse várias vezes que o êxito do Plano Real era a condição indispensável para o Brasil recuperar a crença em si e abrir horizontes de prosperidade para seu povo.

Não faltou quem dissesse que o plano era “eleitoreiro”, que mal terminadas as eleições a inflação voltaria a crescer.

Enganaram-se redondamente. Sete meses depois do lançamento do Real, a inflação continua baixando. Em dezembro foi mais baixa do que em novembro e agora, em janeiro, mais baixa ainda do que em dezembro: menos de um e meio por cento.

Hoje o povo sabe, pela própria experiência, que a luta contra a inflação é para valer e não um truque para ganhar as eleições.

Quem vai ao supermercado, ao armazém, já não leva aquele susto de ver os preços subindo todo dia. Alguns preços ainda sobem. Mas outros estão parados, como a gasolina e os alimentos. E outros estão mais baixos do que no início do Real. Uma cesta básica de produtos que custava cento e oito reais em julho, hoje está custando quase dez por cento menos. Isso quer dizer que o custo de vida está baixando para o trabalhador, para quem vive do seu salário ou aposentadoria, para quem trabalha por conta própria. Para a grande maioria dos brasileiros.

Você sabe o alívio que é viver sem inflação. Eu não preciso ficar repetindo. É importante a gente olhar para trás e ver como o Brasil melhorou nos últimos meses. É isso que nos dá confiança, dá ânimo para continuar fazendo tudo o que precisa ser feito para o Brasil melhorar ainda mais.

Quanto, cada um de vocês e o governo, continuaremos a batalha contra a inflação no dia a dia, para impedir que ela volte.

Mas, infelizmente, há os pessimistas profissionais — uns por temperamento, outros por ingenuidade e uns tantos por má-fé — que continuam pregando a “fracassomania”.

Como não podem desmentir o sucesso no combate à inflação, voltam-se para outros temas.

Trocaram assustar o País com o fantasma da “crise mexicana”. Já, já, terão de mudar de disco. Nossas reservas continuam elevadas: cerca de trinta e oito bilhões de dólares. As exportações reagiram: neste janeiro voltamos a ter superávit. E, mais ainda, cerca de dois terços das importações são compostas de matérias-primas e máquinas e aumentam a produção e o emprego.

Os investidores estrangeiros diretos — isto é, que vêm aqui para ampliar a produção e não apenas para especular — souberam reconhecer as vantagens do Brasil e continuam nos procurando para construir fábricas aqui.

A retomada do crescimento econômico — estamos crescendo à taxa de cerca de cinco por cento ao ano — permitiu começar a afastar o fantasma do desemprego. Desde setem-

bro passado cai a taxa de desemprego.

Mais uma vez, portanto, os derrotistas erraram.

Enquanto isso o governo continua trabalhando.

No Congresso antigo havia uma lei importante a obter — a das concessões de serviços públicos — e um remendo a fazer — tapar alguns buracos na evasão fiscal. Isso nós conseguimos: o Congresso aprovou a MP 812 contra a evasão fiscal, e o Senado aprovou o projeto da lei de concessões, que eu apresentei há quatro anos.

Com essa lei e com a transformação que já fiz nos mecanismos das privatizações, abre-se um enorme espaço para a modificação do Estado brasileiro. Com o concurso da iniciativa privada, poderemos retomar as obras de geração de energia elétrica, melhorar nossas estradas, portos, e assim por diante.

Isso mostra que o governo tem o apoio dos partidos que formam a maioria. Governará

quadros que forem competentes. Mas não estabelecerá nenhum “balcão”, nem canal algum para a prática do “toma lá, dá cá”.

Como exemplo da nova atitude, o Ministério das Comunicações fará licitações ou leilões de canais de rádio e tv, ao invés de utilizar a prerrogativa que o presidente tem de outorgá-los para obter apoio político.

Essa nova atitude — que repudia as “medidas de emergência” da floresta e

dois ministérios sabidamente “gastadores” e criar o programa Comunidade Solidária, uma nova forma de utilização dos recursos públicos, em parceria com a sociedade, para atender às necessidades sociais.

Isso leva tempo? Leva. Mas nem o presidente nem os ministros são acrobatas de circo para fazer piruetas, receber aplausos e desaparecer nos bastidores.

A mudança no modo de governar, a coordenação entre ministros, a reflexão necessária para que as decisões sejam corretas demandam tempo. O tempo certo para evitar o desperdício, os erros sistemáticos, a improvisação e a incompetência.

Desfeitos os argumentos frágeis da “fracassomania”, a batalha se desdobra para o terreno da demagogia. “É preciso aumentar o salário mínimo”, dizem.

Claro que é preciso.

Alguns setores da economia, como os pequenos e micro empresários que, por seus representantes, declaram ser possível pagar desde já o salário mínimo de cem reais, devem fazê-lo. E quanto antes. Não há lei que

impeça e o governo vê com bons olhos os aumentos, desde que não sejam repassados nos preços para alimentar a inflação. E isso vale ainda mais para as grandes empresas.

E os salários mínimos pagos pela Previdência? Dos quatorze milhões de pessoas que recebem salário mínimo no Brasil, onze e meio milhões são aposentados ou pensionistas da Previdência Social.

Estes também precisam aumento.

Só que o Congresso passado criou um enorme problema: aumentou não só o salário mínimo, mas todos os benefícios da Previdência em quarenta e dois por cento, sem dizer de onde viriam os recursos para fazê-lo. Resultado: um rombo de mais de cinco bilhões de reais no orçamento da Previdência.

Então, agora, ou o presidente sanciona a lei — e reacende a fogueira inflacionária, porque terá de emitir dinheiro desvalorizado — ou veta a lei, e neste caso o povo dirá: “Mas veta o mínimo e não aumentou o dos pro-

presidente?”
Acontece que o aumento dos salários dos parlamentares, dos ministros, do presidente e do vice é competência exclusiva do Congresso. O presidente não tem poder de veto neste caso.

Eu ponderei, na ocasião oportuna, que o aumento dos parlamentares, dos ministros e do presidente deveria ser moderado. Apelo agora aos líderes dos partidos do governo — e também da oposição — que tenham o bom senso, a decisão que acabam de tomar e que vale a pena para o Brasil.

E, para deixar claro nosso empenho, que é moral, com respeito ao aumento do salário mínimo: enquanto não for possível pagar pelo menos cem reais, os ministros abrirão mão da recentemente criada gratificação de função, que equivale a cerca de vinte e cinco por cento dos salários, enquanto o presidente e o vice farão o mesmo com suas remunerações.

Mas isso não basta. É preciso criar condições para cumprir o que já era desejo do presidente Itamar Franco: alcançar logo um patamar equivalente a cem dólares para o salário mínimo. Não um aumento falso, corroido pela inflação, que é o que ocorreria se não vatessemos a lei recentemente aprovada pelo Congresso. Um aumento de verdade, para o equivalente a cem dólares, ou quem sabe, cem reais.

Enviarei ao Congresso, no próximo dia 16, algumas medidas de reforma da Constituição e outras de lei ordinária, que permitirão sancionar, tão logo o Congresso as aprove, um aumento efetivo, verdadeiro, real, do salário mínimo. Isso como primeiro passo para cum-

prir minha promessa de campanha, que era a de dobrar em quatro anos o salário mínimo em termos reais.

Eu preciso do apoio do novo Congresso, não para a pessoa do presidente, mas para o Brasil. Eu tenho procurado esse apoio. Eu e meus ministros temos conversado francamente com os deputados e senadores, mostrando a eles os problemas e adiantando as soluções que o governo vai propor ainda este mês, por intermédio de emendas constitucionais. O resultado dessas conversas tem sido muito bom.

Reafirmo que essas emendas serão encaminhadas do mesmo modo que foi feito o Plano Real: dialogando, com transparência, sem surpresas e respeitando os direitos do cidadão, do funcionário e do aposentado. Elas vêm para melhorar o desempenho da economia e a vida das pessoas. Respeitando os direitos sociais.

Para mim é tão importante que o governo e o Congresso trabalhem afinados, que eu tomei uma decisão difícil. Eu resolvi assinar o projeto que anistia os deputados e senadores acusados de fazer mau uso da gráfica do Senado, desde que eles paguem o material que foi impresso.

Nos últimos dias eu recebi centenas de cartas e telegramas pedindo que vetasse esse projeto. Isso mostra que o Brasil não tolera mais o mau uso de recursos públicos. Eu também não tolero e serei inflexível com os desvios que vierem a acontecer dentro do Executivo. Mas se eu vetasse o projeto, correria o risco de criar um conflito grave entre Poderes — o da Justiça, que impediu um senador de concorrer, e o do Congresso, que achou esse castigo exagerado para a gravidade do delito. É bom que se diga que alguns juizes, ao condenar o senador Lucena, ressaltaram que a pena era excessiva. E também que o povo da Paraíba reelegeram o com votação expressiva.

Quando os Poderes da República brigam, quem acaba perdendo é o Brasil. Eu quero que o governo, o Congresso e a Justiça trabalhem em harmonia para que o Brasil ganhe. Para que as reformas de que o Brasil precisa saiam logo.

A responsabilidade do Congresso que se inicia é enorme. As emendas à Constituição são hoje uma exigência da sociedade. O governo não deixará de assumir sua responsabilidade, propondo-as, discutindo-as com o País e articulando-se com as lideranças partidárias. Mas caberá aos deputados e senadores a palavra final.

Eu confio no patriotismo dos representantes do povo.

Vamos colocar o Brasil em primeiro lugar. Com muita fé, autoridade e trabalho.

Muito obrigado.

Brasília, 3 de fevereiro de 1995

Os pessimistas profissionais continuam pregando a fracassomania